



Aos 6 dias do mês de dezembro do ano de 2021 reuniu-se, na sede social, o Conselho Fiscal da Federação Portuguesa de Vela estando presentes todos os seus efetivos nomeadamente o presidente Jorge Pessanha Viegas e os vogais Paulo Silva e José Maria Ribeiro da Cunha, este em representação de “JM Ribeiro da Cunha & Associados – SROC, Lda.”.

Aberta a sessão pelo Presidente foi por ele lida a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Apreciação do plano de atividades e proposta de orçamento, ambos para 2022 e emissão do respetivo parecer.

Entrando no ponto único foi pedido a comparência do Diretor Geral que fez uma detalhada exposição sobre as atividades desportivas e o orçamento para 2022, tendo realçado que a Federação iria tentar cumprir os objetivos traçados no orçamento.

O Conselho Fiscal apreciou o plano de atividades para 2022 e verificou que é intenção da Federação promover o desenvolvimento desportivo da Vela, em concordância e parceria com as associações regionais e com os clubes. Destacamos, pela sua importância, na nossa opinião, as principais atividades que a FPV se propõe atingir:

1. Novos praticantes;
2. Projeto olímpico Paris 2024 e Los Angeles 2028;
3. Imagem e comunicação;
4. Organização da Federação;
5. Objetivos financeiros.

A tarefa da Federação, a nível nacional, não vai ser fácil, tendo em consideração a conjuntura económica e pelo esforço financeiro que irá ser exigido.

Contudo, verificámos que a Direção está firme na prossecução dos seus objetivos.



O Conselho Fiscal apreciou, igualmente, o orçamento para 2022, e analisou os gastos que se espera incorrer, nomeadamente 1.795.371€, bem como os rendimentos que se espera obter, no valor de 1.800.110,67€. Ambos estão detalhados e são explicativos.

O orçamento para 2022 apresenta uma previsão de resultado positivo, no valor de 4.739,67€.

O Conselho Fiscal recomenda, à Direção, a execução de uma gestão criteriosa e eficaz, porquanto os rendimentos que se esperam obter, fundamentalmente os subsídios à exploração no valor de 1.481.350,67€ ainda não se encontram totalmente contratualizados. Assim haverá que tomar em consideração que os gastos deverão ser efetuados no estrito acompanhamento dos rendimentos a receber, para que o prejuízo não seja agravado.

Depois de apreciar e analisar o plano de atividades e a proposta de orçamento, ambos para 2022, os quais, na linha da estratégia adotada pela Direção, estão elaborados de forma equilibrada e são um importante instrumento de suporte à concretização dessa estratégia, o Conselho Fiscal emite o parecer, que ambos os documentos referidos no ponto único, merecem aprovação.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão e lavrada a presente acta que por todos vai ser assinada.

Presidente:  Jorge Pessanha Viegas

Vogais:  Paulo Silva


José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda.